

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Núcleo de Promoção de Políticas Especiais de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID) Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM)		
Data: 01.12.2025	Horário: 15:00h	Local: Presencial – Sala 905 – Sala 1 – Lâmina I – e online (Teams)	
PAUTA: COEM - Rede de Enfrentamento		ATA DE REUNIÃO Nº 70/2025	

Presentes na reunião:

PRESENCIALMENTE:

1. Juíza Elen de Freitas Barbosa (**Membra da COEM**);
2. Alessandra Nzinga (**UMP**);
3. Aline Furtado de Mendonça (**CCV/SAP/SUBPAV- GSM/SMSRIO**);
4. Cristina Fernandes (**CIAM Márcia Lyra**);
5. Daniele Pereira Santos (**SEGOV/Mulher Presente – GM-Rio**);
6. Débora Rodrigues de Araújo (**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher – ALERJ**);
7. Eyleen Oliveira Marengo (**MPRJ - CAOVD**);
8. Flávia Yamada (**CEAM – Chiquinha Gonzaga**);
9. Giulia Garuzi Luz Machado (**SEM**);
10. Helena Piragibe (**Assessora Parlamentar Gab.Dep.Est.Lilian Behring**);
11. Joana Raphael (**Secretaria de Educação do Estado**);
12. Juliana Siqueira (**SPM/ Casa Cora Coralina**);
13. Jurema Rosa Boscardin (**SMS RIO**);
14. Lanna Cordeiro Hott (**SMMU - Niterói**);
15. Luiz Coelho Medina (**CEJUVIDA**);
16. Maria José Silva (**ALERJ**);
17. Patrícia Leal (**NUPEVID/ATAVI**);
18. Rayana Rigaud - Capitã (**SEGOV/Mulher Presente – GM-Rio**);
19. Silvia Pereira Ferreira (**CEJUVIDA**);
20. Viviane de Carvalho (**PCERJ/DGPAM**).

VIRTUALMENTE:

21. Carla Brasil (**SPM – RIO/CTEV**);
22. Denise Thaynáh Santos França (**Fonatrans**);
23. Juliana Rocha Alves (**CAAV**);
24. Mariana Duayer de Souza (**NACA/FIA**);
25. Marcela Freitas Machado (**Empoderadas**);
26. Valeska Pantaleão (**CEAM Tia Gaúcha**).

A **Exma. Juíza Elen de Freitas**, Membra da COEM, inicia a reunião às 15h15min, cumprimentando e agradecendo a presença de todos(as) no presente encontro, cujo objetivo é debater a atuação da Rede de Enfrentamento, a fim de aprimorar os serviços de

atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Ato contínuo, informa a ausência de parte das integrantes da equipe técnica que presta assessoramento à COEM, em razão da realização simultânea do I Encontro de Grupos Reflexivos Responsabilizantes para Homens Autores de Violência no Tribunal de Justiça, evento que se estende ao longo de todo o dia.

Ademais, esclarece que o objetivo da COEM é que todos os Juizados de Violência Doméstica possuam grupos reflexivos, a fim de possibilitar o encaminhamento dos autores, considerando a comprovada redução dos índices de reincidência entre aqueles que cumprem essa etapa. Destaca que a Secretaria de Estado da Mulher trabalha na mesma direção, com o propósito de que os municípios também desenvolvam grupos dessa natureza.

Seguindo os itens da pauta, passa a palavra à Senhora Patrícia Leal para exposições acerca do evento dos Centros de Atendimento Multidisciplinares (CAMI), realizado em novembro.

Com a palavra, a **Senhora Patrícia Leal** relata os resultados positivos do evento, ocorrido em 26 de novembro de 2025, que contou com a presença de representantes da rede primária de saúde e das equipes dos CAMIs. Esclarece que existem seis CAMIs no Município do Rio de Janeiro, responsáveis pelo atendimento e apoio a crianças e adolescentes vítimas de violência. Explica que o Sistema Único de Saúde sempre destinou olhar especializado à infância vitimada por atos de violência, e que a Desembargadora Adriana Ramos sempre defendeu a importância da existência, no âmbito da saúde, de espaços dedicados ao acolhimento e acompanhamento.

Ressalta que há alguns anos está vigente Convênio firmado entre o Município do Rio de Janeiro e o TJRJ, que possibilitou a materialização desses espaços. O primeiro CAMI inaugurado foi o da regional de Bangu, em razão da alta incidência de casos de abuso e violência contra crianças e adolescentes. Destaca que há comunicação e articulação eficientes entre os órgãos e instituições que atuam nesses casos no município, ressaltando a importância da capacitação dos profissionais que atuam na linha de frente.

Na sequência, a **Senhora Jurema Rosa** observa que, durante o evento, foi possível uma conversa aberta e sem barreiras entre as equipes presentes (TJ/CAAV), o que permitiu aprimorar a organização dos fluxos internos, especialmente porque todas as demandas eram inicialmente classificadas como urgentes.

Esclarece que o principal objetivo é evitar a revitimização. Informa que, internamente, há o chamado “monitor carioca”, painel digital de acesso restrito aos profissionais de saúde da instituição, autorizado pelas coordenações de planejamento. Nesse painel, os

profissionais têm acesso à ficha de notificação de violência — instrumento de uso exclusivo da saúde. Ao ser emitida a notificação, o comunicado migra automaticamente para o painel, por meio de link específico, possibilitando que os CAMIs realizem o atendimento adequado, sempre preservando o sigilo obrigatório.

A **Juíza Elen de Freitas** ressalta que o sigilo deve ser preservado por todos os órgãos e instituições que integram a Rede de Enfrentamento. Sugere que o próximo evento do CAMI conte com a presença de representantes da segurança pública, tais como Polícia Militar, Polícia Civil e Ministério Público (equipe técnica).

Nesse sentido, a **Senhora Patrícia Leal** destaca a necessidade de apresentar a proposta do CAMI às instituições mencionadas, a fim de alinhar o fluxo de articulação e garantir a efetividade da proteção às vítimas, evitando ruídos comunicacionais, especialmente no que tange ao sigilo e aos limites de compartilhamento de informações.

Ato contínuo, a **magistrada** comunica que recentemente foi realizado o Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), no qual a Excelentíssima Doutora Camila Guerin, Juíza do TJRJ, foi eleita presidente.

Em seguida, a **Juíza Elen de Freitas** concede a palavra aos presentes para que se apresentem e relatem os avanços alcançados em seus respectivos órgãos, instituições e entidades da sociedade civil que compõem a Rede.

A **Doutora Viviane de Carvalho**, Delegada da Polícia Civil, informa que está iminente a inauguração da DEAM Digital de Campo Grande, inicialmente prevista para o dia 11 de dezembro. Quanto à DEAM DIGITAL geral, explica que, embora ainda não haja data definida para inauguração, os profissionais já se encontram plenamente capacitados. Por fim, menciona que ainda não há previsão para a instalação dos grupos reflexivos na instituição, embora exista expectativa da Delegada Gabriela Von Beauvais.

A **Senhora Jurema Rosa** informa que houve visita técnica da equipe da 7ª Promotoria e, a partir do relatório produzido, houve impulsionamento para inclusão, no orçamento público, da reforma da Sala Lilás instalada no interior do IML de Campo Grande, prevista para fevereiro do próximo ano. Considerando o longo prazo de execução, destaca que há previsão orçamentária para disponibilização de um container, a ser instalado entre fevereiro e junho, garantindo a continuidade dos atendimentos. Acrescenta que foi disponibilizado um telefone celular ao município para facilitar o contato com as unidades de saúde e agilizar encaminhamentos, embora ainda não haja internet instalada ou roteada na Sala Lilás.

A **Promotora Eyleen Oliveira** confirma que a equipe técnica do Ministério Público

havia emitido recomendação no mesmo sentido, reforçando a necessidade imediata das instalações mencionadas, além de outras apontadas no relatório.

A **Senhora Patrícia Leal** divulga o Seminário “Jornadas e Histórias: A luta pela saúde da mulher e contra a violência obstétrica”, organizado pelo CEDIM, a realizar-se no dia 02 de dezembro, das 13h às 17h, na Rua Camerino, nº 51, Centro, Rio de Janeiro.

No tocante ao abrigamento de mulheres em situação de violência, a **Senhora Juliana Siqueira** relata que os trabalhos estão sendo desenvolvidos de maneira satisfatória e observa que o período natalino é de grande sensibilidade para as mulheres acolhidas. Assim, a equipe planeja a oferta de ceia e pequenos presentes, dentro das possibilidades da instituição, buscando proporcionar perspectiva de recomeço. Informa que, recentemente, houve acolhimento de mulheres refugiadas, o que é possível por meio de parceria com serviços especializados no atendimento a essa população, apesar das barreiras linguísticas. Destaca que o serviço de acolhimento funciona continuamente, sem recesso, exceto em feriados e pontos facultativos.

A **Senhora Joana Raphael**, representante da Secretaria de Educação, apresenta o projeto escolar “Transformar”, que vem revelando grandes talentos, especialmente de meninas, por meio da música e da dança, trabalhando neste ano a temática da violência. Explica que é necessário manter a continuidade e ofertar espaço para o desenvolvimento desses talentos, motivo pelo qual estuda-se, em parceria com a Secretaria da Mulher, a criação de pequenos grupos acompanhados por professores(as) alinhados com os objetivos do projeto, para acompanhamento contínuo das alunas a partir do próximo ano.

A **Juíza Elen de Freitas** sugere considerar a criação de grupos reflexivos também para meninos no ambiente escolar, com oferta de curso de capacitação para profissionais atuarem nesses grupos, contribuindo para a formação e transformação social, especialmente após as experiências positivas do Projeto Rio Lilás.

A **Senhora Patrícia Leal** reconhece os avanços na pauta de gênero, mas destaca o retrocesso no que se refere ao machismo. Ressalta que a formação de opinião deixou as ruas e migrou para as redes sociais. Informa, ainda, que há convênios assinados com alguns municípios do interior e da Baixada (Barra do Piraí, Rio das Flores e Belford Roxo), além das escolas da capital, e que há estudo para ampliação do Projeto Rio Lilás para todo o Estado.

A **Senhora Helena Piragibe** destaca que a mudança virá pela educação, especialmente com projetos desenvolvidos nas comunidades. Aponta a necessidade de mobilização nacional para reforçar a consciência coletiva acerca da temática, considerando que projetos locais não possuem orçamento suficiente para atender plenamente às

necessidades de crianças e adolescentes — em especial meninos que reproduzem comportamentos observados em casa.

Em seguida, aborda a pauta das mães atípicas, frequentemente abandonadas pelos companheiros após o nascimento de filhos neurodivergentes, sem apoio das escolas ou do SUS, o que tem levado, lamentavelmente, a casos de suicídio. Ressalta a ausência de visibilidade e de cobertura adequada da imprensa sobre feminicídios, incluindo a nomeação correta desses casos.

A **Juíza Elen de Freitas** reforça que, com a Lei Henry Borel (Lei 14.344/22), a capacitação dos conselheiros tutelares se torna ainda mais importante, dado o aumento de casos envolvendo alegações de alienação parental com mulheres como rés nas ações judiciais. Informa que o Protocolo do Feminicídio — a ser assinado em breve — prevê fluxo específico para o atendimento adequado de crianças e adolescentes presentes nas cenas dos crimes, definindo qual serviço deve ser acionado.

Ante essa demanda, a **Senhora Patrícia Leal** informa que a equipe da ATAVI do NUPEVID (Senhoras Márcia Guinâncio e Soyanni Alves) realizará capacitação dos conselheiros tutelares, destacando a importância de acolher as interseccionalidades presentes nos casos envolvendo gênero, para assegurar proteção integral a crianças e adolescentes, conforme dispõe o ECA e a Lei 14.344/22.

A **Promotora Eyleen Oliveira** destaca a situação de crianças e adolescentes órfãos do feminicídio, que, ao perderem a mãe, em regra também perdem o pai — tornando-se extremamente vulneráveis e sendo acolhidos por lares que, muitas vezes, não estavam estruturados para recebê-los, o que pode gerar nova vulnerabilização.

Relata ainda que as capacitações realizadas nos CRAS pelas equipes técnicas do Ministério Público, frequentemente com participação da Rede, enfrentam limitações de infraestrutura nos locais, embora a receptividade seja positiva. Destaca que, muitas vezes, a equipe técnica do MP acaba assumindo funções próprias da rede local, diante de falhas na articulação municipal.

A Promotora informa que o aumento das equipes técnicas não é possível por conta do regime de recuperação fiscal, contando atualmente com apoio de residentes técnicos. Explica também que a equipe, por vezes, é demandada para temas que extrapolam a violência doméstica, envolvendo produção de provas gerais.

Informa a conclusão da capacitação dos Conselheiros Tutelares de todo o Estado acerca da perspectiva de gênero, tema ainda permeado por mitos em diversos municípios. Ressalta a intenção de continuidade das ações no próximo ano, com possibilidade de

expansão para a modalidade EAD, garantindo alcance aos profissionais do interior.

Esclarece que, embora a rede especializada da mulher possua conhecimento consolidado sobre perspectivas e recortes de gênero, redes municipais e equipes não especializadas frequentemente confundem a temática com orientação sexual, o que resulta em revitimização. Destaca a falta de articulação entre a rede da mulher e as redes municipais, o que impacta o depoimento especial e o trabalho em municípios onde os Juizados de Violência Doméstica absorveram demandas da Infância e Juventude, prejudicando a proteção integral prevista em lei.

Menciona a necessidade de continuidade das políticas públicas, que muitas vezes são interrompidas a cada mudança de gestão, reforçando a importância da atuação das instituições permanentes (MP, TJ), inclusive para resgatar boas práticas anteriores, como ocorreu em Rio das Ostras, onde foi retomada política pública implantada em 2018 para reativação do NIAM.

Observa, ainda, a dificuldade dos municípios em compreender os projetos da COEM e na elaboração de planos de metas. Por isso, sugere à Senhora Patrícia Leal que se considere a criação de assessoria técnica aos municípios, por meio da Secretaria de Estado da Mulher, para auxiliá-los na organização e gestão dessas ações.

O **Senhor Luiz Coelho** informa que o CEJUVIDA atua no acolhimento de mulheres vítimas em situação de emergência, em regime de plantão noturno e de fim de semana, com média mensal de 8 a 10 abrigamentos. Ressalta que mais homens deveriam participar desses encontros.

A **Senhora Sílvia Pereira** relata que passou a integrar a equipe em outubro do presente ano e, nesse período, observou aumento nos abrigamentos em novembro em comparação com outubro. Relata também aumento significativo no recebimento de processos em datas de feriados, proximidade de pagamentos e eventos esportivos importantes, chegando a até 60 processos em um único dia, como no último feriado prolongado.

A **Juíza Elen de Freitas** destaca a necessidade de encaminhar processo administrativo à Corregedoria, sugerindo a publicação de edital semelhante ao que convoca juízes para atuação específica em medidas protetivas, mas direcionado aos servidores, a fim de garantir apoio aos plantões judiciais durante o recesso. (Deliberação 01)

A **Senhora Débora Rodrigues** informa sobre a realização da Audiência Pública “Mulheres e Violência Estatal”, no dia 09 de dezembro de 2025, às 10h, na ALERJ, convidando todos os presentes.

A **Senhora Alessandra Nzinga** reforça a ideia de que a escola é o melhor espaço para a maximização da temática da violência contra a mulher, destacando o projeto que realiza com os alunos da EJA. Retoma o caso de abuso sexual ocorrido na ocupação onde reside, no bairro do Santo Cristo, Centro do Rio de Janeiro, informando que houve êxito na realização de denúncia anônima sobre o fato, contudo sem avanços nas investigações.

Ressalta que, desde a ocorrência, as assembleias mensais da ocupação foram suspensas pelas lideranças masculinas, com o intuito de evitar que o caso fosse abordado. Diante desse cenário, solicita auxílio dos presentes, esclarecendo que qualquer ação que envolvesse sua exposição acarretaria risco de perda de sua moradia, caso fosse chamada a depor como testemunha — considerando que a vítima não deseja formalizar denúncia. Esclarece ainda que a denúncia anônima é robusta, contendo a identificação dos supostos autores, a mudança de comportamento de outras crianças e indícios de eventual proteção aos suspeitos na localidade. Observa, por fim, que a genitora e a vítima do primeiro caso já não residem mais no local.

A **Juíza Elen de Freitas** sugere que o caso seja levado ao Ministério Público ou ao Conselho Tutelar. Contudo, a **Promotora Eyleen Oliveira** destaca que a ausência de autoria dificulta o prosseguimento das investigações e eventual responsabilização.

Com a palavra, a **Senhora Lanna Cordeiro**, coordenadora da Sala Lilás de Niterói, informa a realização da Primeira Caminhada pelo Fim da Violência contra a Mulher na cidade, organizada pelo grupo “Mulheres do Brasil de Niterói”, com a mobilização de diversos órgãos e pessoas, dentre eles a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Direitos Humanos, ocorrida na Praia de Piratininga. Destaca que as vendas dos kits da corrida terão o valor revertido para a reforma da DEAM de Niterói.

Relata também a realização do 2º Concurso de Trancistas, com premiações, além do evento “CEAM na Rua”, com panfletagem e diversas atividades, como aula de pilates. Informa que ocorrerá no dia 05 de dezembro, no auditório da AMERJ, o Primeiro Seminário Anual, organizado pela Rede de Atendimento de Niterói, como atividade dos 21 Dias de Ativismo. Menciona ainda o “CINE CEAM”, com exibição do documentário O Silêncio dos Homens, seguida de roda de conversa com servidores e alunos, com participação do psicólogo Wellington, da UFF. Por fim, comunica que será inaugurado o NUAM na Policlínica da Engenhoca, com equipes capacitadas, no dia 11 de dezembro de 2025, às 10h.

No tocante à Sala Lilás de Niterói e Maricá, informa que o convênio encontra-se em fase de renovação, com reunião agendada com a COEM para o dia 12 de dezembro, tendo cada município apresentado suas proposições e condições para conclusão das tratativas. Acrescenta que, desde agosto, às segundas-feiras não há funcionamento da perícia, pois o perito se aposentou sem substituto fixo, razão pela qual os atendimentos são redirecionados para São

Gonçalo nesses dias.

Em seguida, a **Senhora Giulia Luz** justifica sua ausência nos últimos encontros em razão de outros compromissos previamente agendados sobre a temática. Informa a realização da Segunda Edição do “Capacit Mulher”, do Governo do Estado, com oferta de 450 vagas para profissionais que atuam nas políticas públicas para mulheres. Relata que foi realizado monitoramento de homens participantes de grupos reflexivos, com uma amostragem de 300 participantes, constatando-se queda aproximada de 2% na reincidência.

Destaca a parceria com o Observatório das Favelas para o desenvolvimento de ações comunitárias com mulheres. Ressalta também o atendimento realizado por psicóloga do programa Mulher Presente em situação ocorrida no CEFET, elogiando a postura empática e acolhedora. Informa ainda o lançamento de ferramenta em Power BI para apoiar a busca de dados no site do Observatório do Femicídio.

A **Senhora Giulia Luz** inicia, então, a apresentação do Observatório de Femicídio RJ ([Observatório de Femicídio RJ](https://www.observatoriofemicidiorj.com.br/acervos)). Informa que o lançamento da ferramenta Power BI, que expandirá as funcionalidades do site, ocorrerá em 11 de março de 2026. Destaca duas linhas de pesquisa — qualitativa e quantitativa — e apresenta aos presentes os campos e bases de dados disponíveis. Exibe materiais físicos, como o Guia Orientador produzido durante o desenvolvimento do Observatório para capacitação dos profissionais, bem como cartilha direcionada ao público externo com orientações sobre os serviços a serem acionados em casos de violência. Todos os materiais encontram-se disponíveis no endereço eletrônico do Observatório: <https://www.observatoriofemicidiorj.com.br/acervos>.

Concomitantemente, a **Senhora Denise Thaynáh** informa que o FONATRANS-RJ, em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), realizará nos dias 09, 11, 16 e 18 de dezembro o Projeto “Mulheres Livres, Vozes Fortes”, destinado a mulheres trans egressas do sistema prisional, por meio de oficinas formativas e práticas. Sugere, ainda, que o Plano de Metas 2026–2030 seja incluído como pauta do próximo encontro.

A **Capitã Rayana Rigaud** esclarece aos presentes o funcionamento do serviço integrante do Programa Segurança Presente, informando que o atendimento abrange todo o estado e que já foram realizados, desde a criação do programa, cerca de 405 atendimentos, sendo 46 relacionados à violência doméstica. Informa que há previsão de contratação de 1.000 agentes civis, com capacitação de homens e mulheres para atuarem como apoio ao programa. Por fim, comenta que reuniões para expansão do Programa serão iniciadas ainda neste mês.

Nada mais havendo a tratar, a Magistrada encerra a reunião às 17h52min e designa o próximo encontro para o dia 02 de fevereiro, às 15h. (Deliberação 02)

Juíza Elen de Freitas Barbosa

(Membra da COEM)

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Encaminhar proccesso à corregedoria sugerindo a publicação/convocação de um edital no formato publicado para os juízes para julgarem apenas medidas protetivas, mas para os servidores também a fim de oferecer apoio nos plantões judiciários no período do recesso	NUPEVID/	Imediato
02	Enviar o convite da próxima reunião, programada para o dia 02 de fevereiro, às 15h, presencial.	NUPEVID	05 dias, após aprovação da Ata.